

Ministério da Cidadania
Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Assistência Social

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:
papel da política pública de ASSISTÊNCIA SOCIAL

OFICINA CONGEMAS – NACIONAL

Belém, 08 de agosto de 2019



DESAFIOS:

- **Fragilidade de ser instituída por Decreto (nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009);**
- **Alteração do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP Rua) pelo Decreto nº 9.894/2019 – menos representantes, menos reuniões e por videoconferência;**
- **Adesão por estados e municípios, com a criação do Comitê local;**
- **Instituir a Política Estadual e Municipal, considerando as especificidades dos territórios;**
- **Falta de dados nacionais oficiais – Censo demográfico, de violação de direitos e violência;**
- **Modelo ETAPISTA (centralidade na política de Assistência Social, com retaguarda da Saúde, para acessar a moradia e outros direitos);**
- **Acesso aos direitos (políticas públicas, sistema de justiça) – lógica de pessoas domiciliadas (documentação, comprovante de endereço, hábitos);**
- **Fragilidade das políticas públicas: gestão, perfil e formação dos profissionais, processos de trabalho, metodologias, recursos financeiros e materiais, infraestrutura, etc;**
- **Articulação Intersectorial**

DESAFIOS:

PRECONCEITO DA SOCIEDADE EM GERAL

(fomentado pela mídia)



VISTOS/AS COM MUITOS ESTIGMAS: DROGADOS/BÊBADOS, CRIMINOSOS, LOUCOS, INCÔMODOS, SUJOS, ENFEIAM E DEGRADAM A CIDADE, NÃO TRABALHAM DE VERDADE, NÃO QUEREM COMPROMISSO COM NADA, SÓ ESTÃO NA RUA PORQUE QUEREM, INCAPAZES, COITADOS, MENDIGOS – PRODUÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL

O QUE GERA DESUMANIZAÇÃO, CULPABILIZAÇÃO, PENALIZAÇÃO, EXCLUSÃO E ISOLAMENTO SOCIAL, REPRESSÃO, DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIA DE TODOS OS TIPOS (INCLUSIVE INSTITUCIONAL), COMO PRÁTICAS HIGIENISTAS.

SÃO TRATADOS COMO DESPROVIDAS DE SABER, HABILIDADES, CAPACIDADES, COM DESCRÉDITO E DESCONFIANÇA.

QUE DADOS TEMOS???



1. Quantos são em todo o país?

2. Qual o perfil da População em Situação de Rua do Brasil?

Não existe contagem e perfil nacional oficial – como planejar e desenvolver políticas públicas?

Tarefa para o governo federal: Incluir no Censo Demográfico do IBGE ou fazer primeiro um Censo próprio da PSR

Tarefa para estados, distrito federal e municípios: Pesquisas e estudos mais aprofundados de acordo com as realidades locais

PESQUISA NACIONAL/MDS 2007/2008 – 50.000 PSR

ESTIMATIVA IPEA 2015 – 101.854 PSR

População em Situação de Rua no CadÚnico - BRASIL

Fonte: CECAD 2.0

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php

JULHO/2019 (Ainda em fase de atualização)

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php

BRASIL Serviços Simplifique! Participe

CECAD 2.0 O QUE É? **TABCAD** EXPLORAR PAINEL

Tabulador do Cadastro Único

Com marcação PBF (Junho 2019)
 Sem marcação PBF (Julho 2019)

Seleção Geográfica:

Variável Coluna:

Variável Linha:

Obs.: Para frequência simples selecionar APENAS variável de coluna.

Filtros

Valor Absoluto % Total % Linha % Coluna

CADASTRADAS:

28.400.494 famílias brasileiras
compostas por 76.589.601 pessoas

127.695 famílias em situação de rua
compostas por 133.106 pessoas

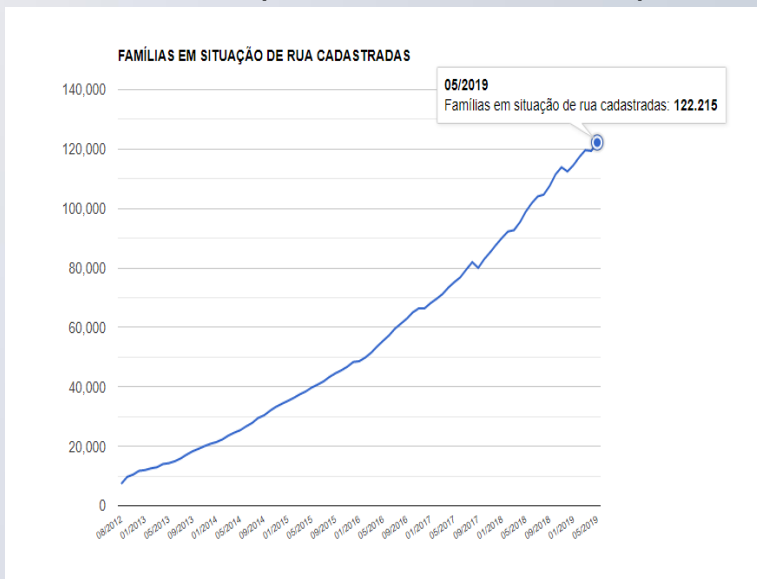
* Na época da estimativa realizada pelo IPEA só 47% da PSR estimada estava cadastrada

População em Situação de Rua no CadÚnico - BRASIL

Fonte: CECAD 2.0

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=6&nome_estado=Brasil&id=44

Série Histórica (referência de MAIO/2019)



AGENDA DE POTENCIALIZAÇÃO DO CADASTRAMENTO:

- Uma série de documentos sobre o cadastramento diferenciado
- 2 Encontros Nacionais da SNAS e SENARC
- Encontros de Metrôpoles da SENARC
- Oficinas Regionais sobre GPTE
- Cartilha construída no CIAMP Rua

75% das famílias recebem Bolsa Família

Sudeste – 66%

Sul – 14%

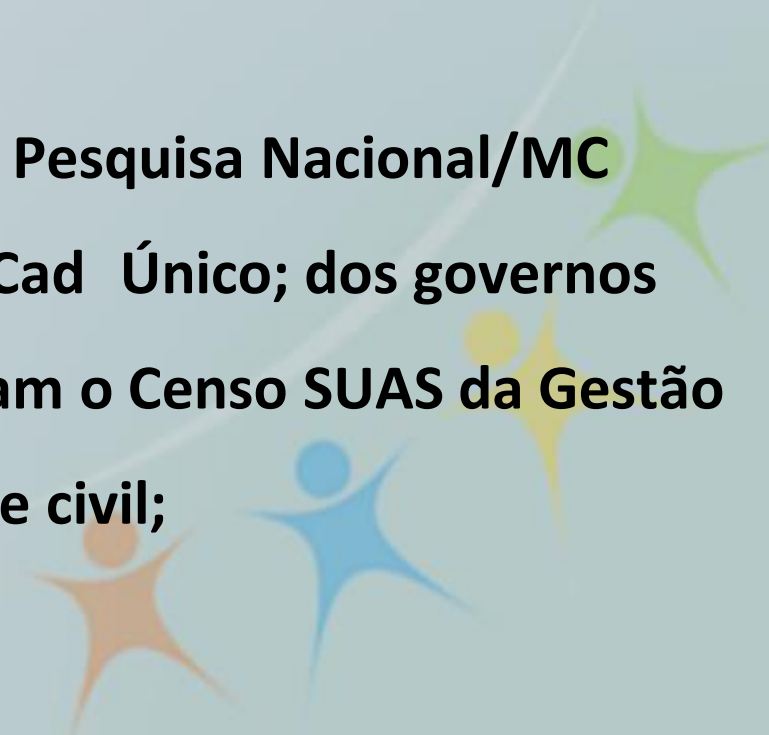
Nordeste – 11%

Centro-Oeste – 6,6%

Norte – 2,4 %



Quem é a População em Situação de Rua do Brasil?

- **Conceito do Decreto nº 7.053/2009;**
 - **Conceito de Criança e Adolescente da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2016;**
 - **Conhecimento através de pesquisas: Pesquisa Nacional/MC 2007/2008; pessoas cadastradas no Cad Único; dos governos estaduais e municipais (que alimentam o Censo SUAS da Gestão Municipal); acadêmicas; da sociedade civil;**
- 

Quem é a População em Situação de Rua do Brasil?

Na trajetória de exclusão social de pessoas adultas em situação de rua, existe uma **multiplicidade de fenômenos** que **não se reduz à ausência de moradia**, mas abrange também **trajetórias de vulnerabilidade e fragilização dos laços familiares, das redes de integração primária e do mundo do trabalho**

(Escorel, 2009; Esmeraldo, 2010; Moura Jr., 2012; Waranda, 2009)

“No caso dos homens chefes de família, o desemprego pode significar a perda da autoridade sobre a família, o que poderá desembocar no alcoolismo e abandono do lar”

(Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015))

Quem é a População em Situação de Rua do Brasil?

Perfil das famílias cadastradas no CadÚnico – maio/2019

- Família unipessoal (97%)
- Homens (87%) - adultos
- Negros (67%)
- Renda até R\$ 89 reais (90%)
- Até o fundamental (73%)
- Possuem variadas formas de conseguir dinheiro, mas já tiveram carteira assinada (72%)
- Está há mais de 1 ano na rua (53%)
- Contato com parente que vive fora da rua - 41% nunca e 21% quase nunca
- Se concentram na região sudeste (66%)

QUESTÕES ESTRUTURAIS:

*pobreza

*negritude

*fragilidade/rompimento de vínculos

*masculidade

*baixa escolaridade/formação

*desemprego

*tempo de rua

*centros urbanos

Quem é a População em Situação de Rua do Brasil?

- Mulheres (13%)
- Crianças e adolescentes (não são cadastrados sem responsáveis, só a partir dos 16 anos)
- Pessoas idosas
- Pessoas com deficiência
- LGBT (não tem o campo da identidade de gênero)
- Indígenas (257 famílias), Amarelos (545 famílias)
- Migrantes
- Egressos do sistema prisional
- Famílias inteiras
- Outras regiões do país
- Centro periurbanos, cidades menores
- Mais formação acadêmica

QUESTÕES DA

HETEROGENEIDADE/DIVERSIDADE:

*femilidade/maternidade

*infância, adolescência e juventude

*envelhecimento

*deficiência

*dependência de cuidados

*identidade de gênero

*orientação sexual

*migração

*étnicas

*vulnerabilidades/desproteções dos territórios

INTERSECCIONALIDADE entre as questões estruturais e da diversidade

Quem é a População em Situação de Rua do Brasil?

- O antropólogo Tomás Melo fala em **FREQUÊNCIA DA RUA** – outra vibração, outro tempo, ambiente hostil, constante estado de alerta e ameaça, à flor da pele, tudo se torna mais difícil de lidar, gerando um padrão de sociabilidade;
- A trajetória de rua causa danos à saúde física e mental, doenças, dependência de cuidados, sofrimento, que se agravam pelo uso de drogas;
- Usam drogas para suprir os vazios: fome, frio, dores físicas e emocionais;

Em contexto de restrição de investimentos:

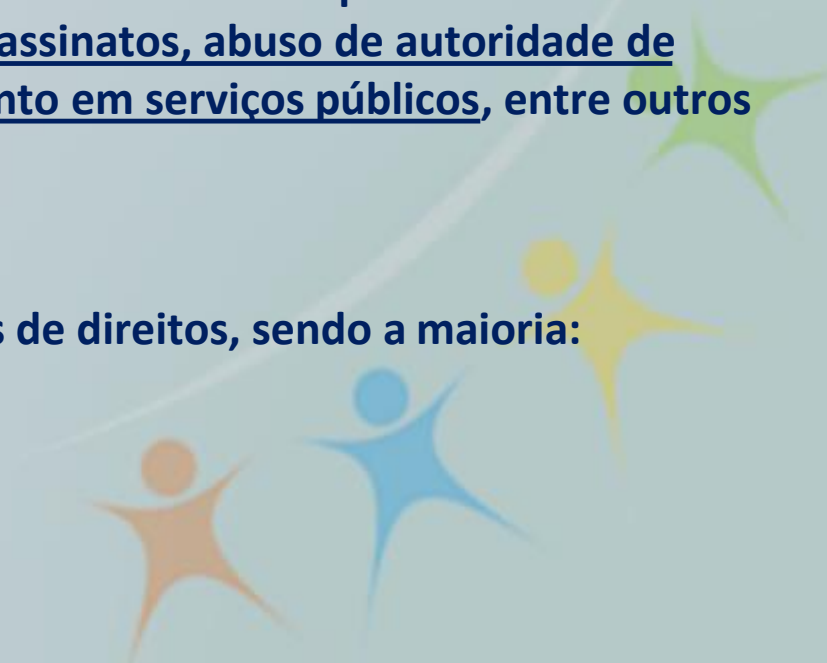
+pessoas
+demanda

+conflitos
+ violência entre eles
+ disputa por território e recursos
+ pequenos delitos
+ cooptação para o tráfico
+ encarceramento
+ violência contra eles

com = ou –
ofertas
profissionais

Violações de Direitos da População em Situação de Rua

- O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) não tem o recorte da situação de rua, portanto não dá pra mensurar quantas PSR sofrem violência no Brasil, quais são as violências sofridas, quantas são letais, quantas foram investigadas e quantos foram julgadas
- Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH) - 2010 a 2014 - acompanhou 2.500 denúncias, tais como: agressões, ameaças, assassinatos, abuso de autoridade de instituições de segurança, recusa de atendimento em serviços públicos, entre outros casos.
- Disque 100/2018 - 889 denúncias de violações de direitos, sendo a maioria: violência psicológica, física e institucional



Boletim Epidemiológico 14 - População em situação de rua e violência

– uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017 (SVS/MS)

- **777.904 casos de violência notificados - 17.386 (2,2%) estão em situação de rua**

- **15-24 anos - 38,1%**
- **Mulheres - 50,8%**
- **Raça/cor Negra - 54,8%**
- **Heterossexuais - 65,2%**
- **Transexuais mulheres e travesti - 2,3%**

***racismo**
***violência letal contra a juventude negra**
***machismo/misoginia**
***masculinidade forjada para sobrevivência (uso da violência)**
***LGBTfobia (homofobia e transfobia)**

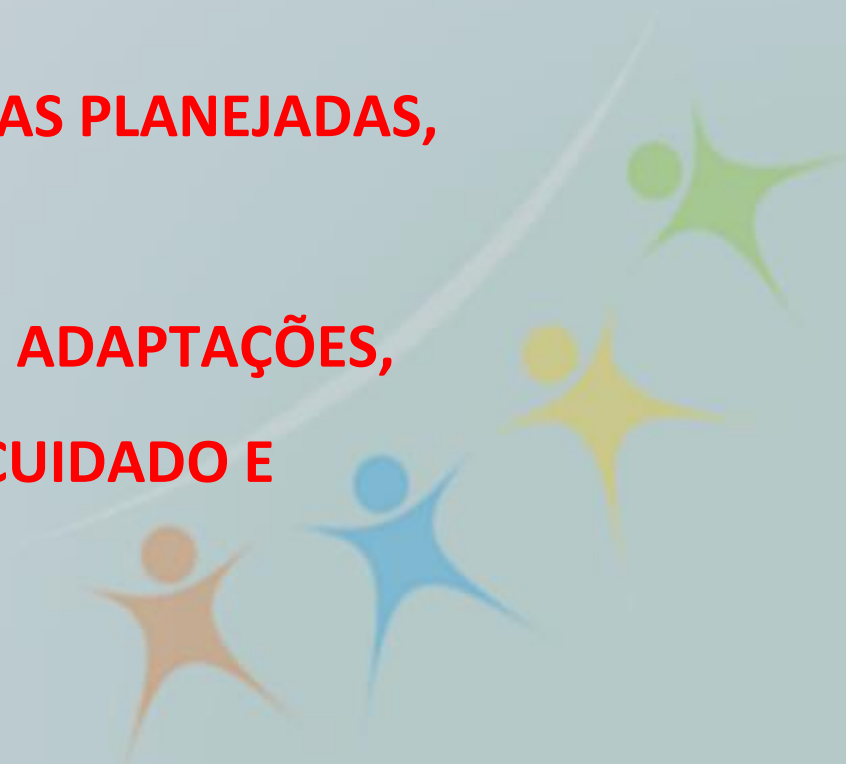
[proporção de ignorado/branco foi alta para o total dos anos para os campos de identidade de gênero (33,6%) e orientação sexual (21,1%)]

- ❑ **TIPOS: física - 92,9%, psicológica/moral - 23,2%, sexual - 3,9%, tortura - 3,8% e negligência/abandono - 2,7%**
- ❑ **Autor desconhecido - 37%, seguindo-se amigos/conhecidos – 33,7%**

**SITUAÇÃO COMPLEXA NÃO SE RESOLVE COM SOLUÇÕES
SIMPLISTAS E IMPROVISADAS!!!**

**REQUER UMA GAMA DE OFERTAS PLANEJADAS,
CONSISTENTES E ASSERTIVAS.**

**REQUER MUITAS ESTRATÉGIAS, ADAPTAÇÕES,
FLEXIBILIZAÇÕES, FORMAS DE CUIDADO E
CRIATIVIDADE!!!**



MODELO ETAPISTA



**PROMOVE
EFETIVAMENTE A
SUPERAÇÃO DA
SITUAÇÃO DE RUA?**

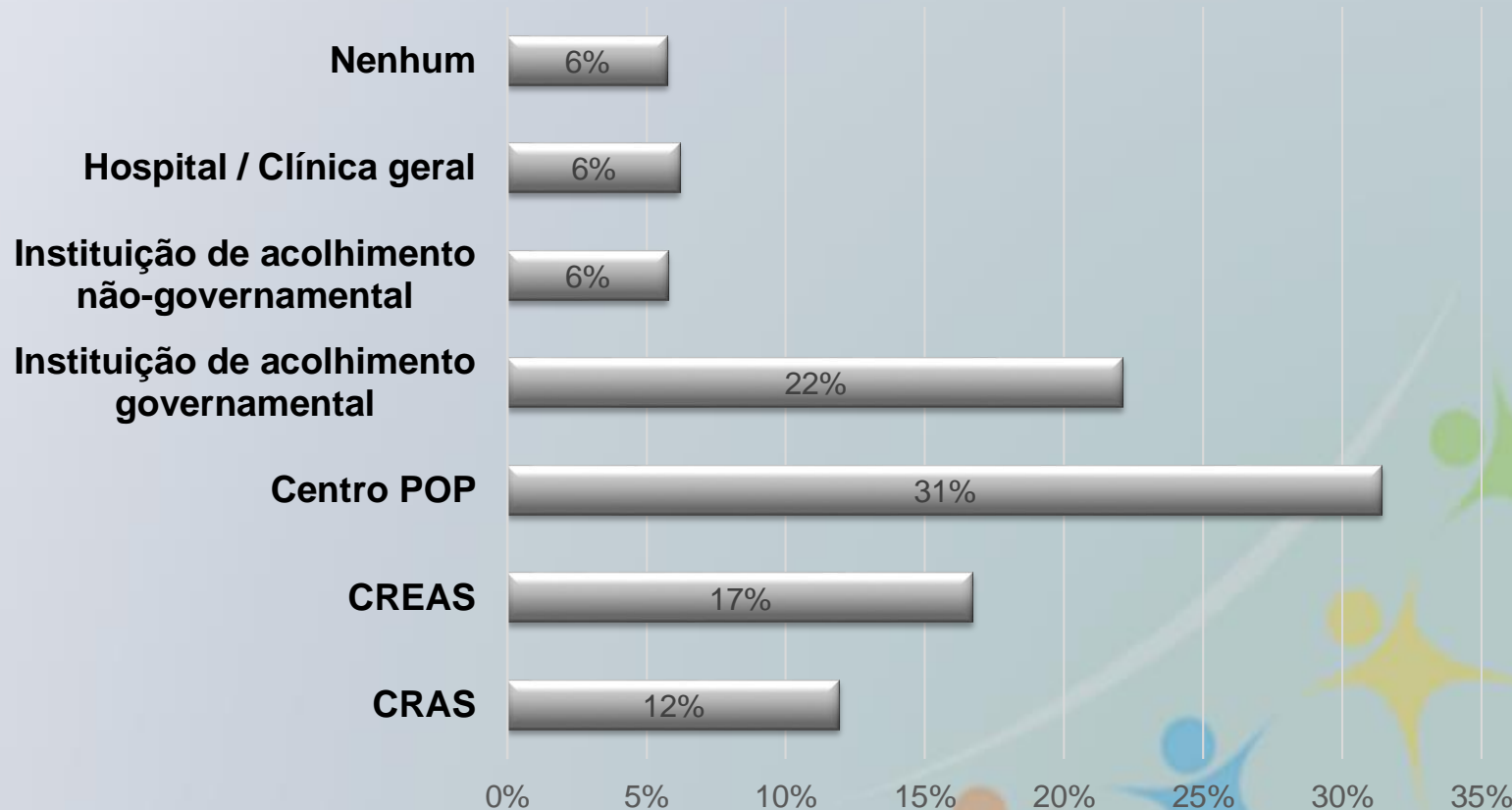
TEMPO DE RUA

De acordo com o CadÚnico,
30% estão há mais de 5 anos na
rua (situação crônica)

(Fonte: InRua)

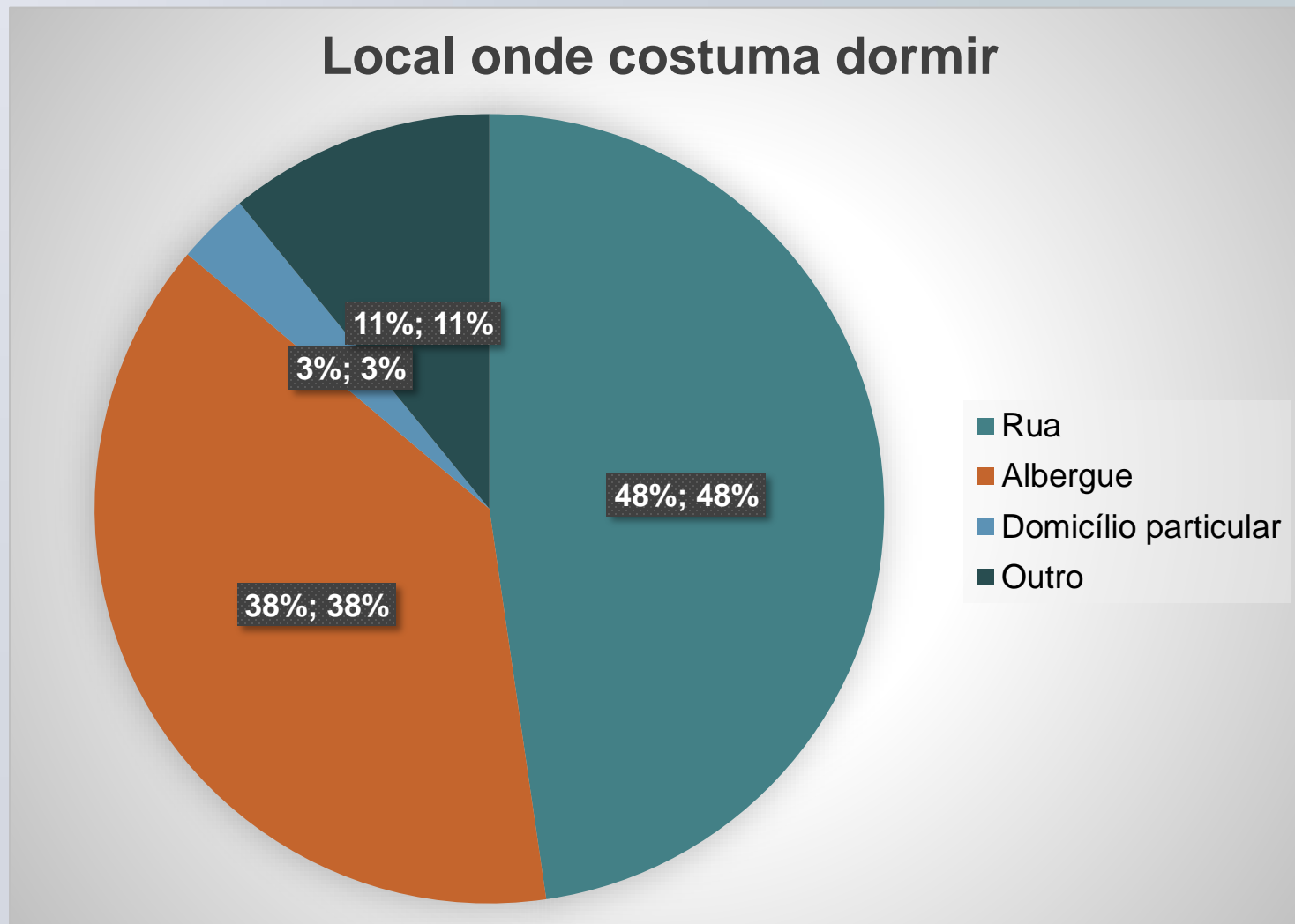
CADASTRO ÚNICO – MAIO/2018

Locais onde receberam atendimento nos últimos meses



*Quesito admite múltipla marcação.
Fonte: Cadastro Único maio/2019.

CADASTRO ÚNICO – MAIO/2018



*Quesito admite múltipla marcação.
Fonte: Cadastro Único maio/2019.

10 ANOS DA PNPR

- ✓ **Avaliação da sua efetividade e do trabalho do CIAMP Rua, dos pontos positivos e dos pontos negativos;**
- **Reconhecimento de muitos avanços, mas que o modelo vigente não está sendo muito efetivo em garantir a superação da situação de rua. Então vem sendo proposto mudar a concepção da política, do MODELO ETAPISTA para MORADIA PRIMEIRO (HOUSING FIRST);**
- **PL Nº 5740/2016 do Nilton Tatto/PT-SP para instituir a PNPR**

Estão sendo planejadas várias atividades em alusão aos 10 anos da PNPR:
Audiência Pública na Câmara Federal,
Marcha e Ato Público na Esplanada dos Ministérios, Relatório do CIAMP Rua...

MARCHA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

21 E 22 DE AGOSTO EM BRASÍLIA

SEMANA NACIONAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

21 ÀS 15H
MARCHA E
ATO PÚBLICO
NA ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS

MOVIMENTO POPULAÇÃO DE RUA

22 ÀS 09H
AUDIÊNCIA PÚBLICA
NA CÂMARA
FEDERAL

MORADIA PRIMEIRO (HOUSING FIRST)

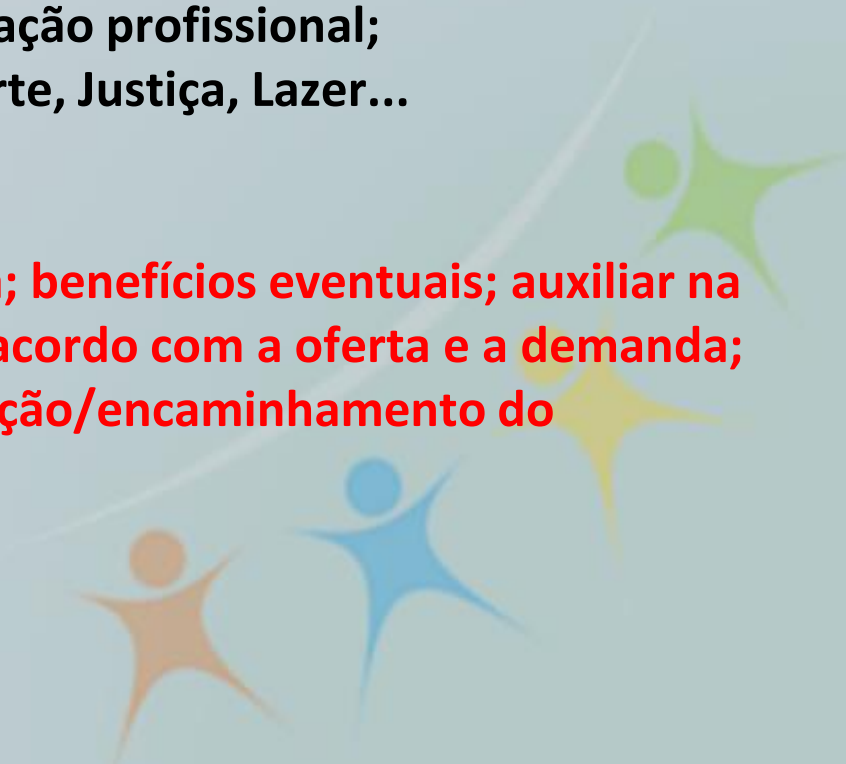
- Modelo desenvolvido nos Estados Unidos no início dos anos 90 para pessoas que precisam de níveis significativos de suporte que a permitam deixar a situação de rua, abrangendo grupos de pessoas com transtorno mental, deficiência, doenças crônicas ou que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Na lógica do modelo, **primeiramente e necessariamente a pessoa acessa a moradia** para então acessar os demais serviços de assistência social e saúde, de forma a garantir que ela permaneça na moradia e evitando, assim, que retorne à situação de rua;
- As experiências estudadas, demonstram que cerca **de 80% das pessoas** que ingressaram em projetos de Housing First **permaneciam na mesma moradia após dois anos**;

MORADIA PRIMEIRO (HOUSING FIRST)

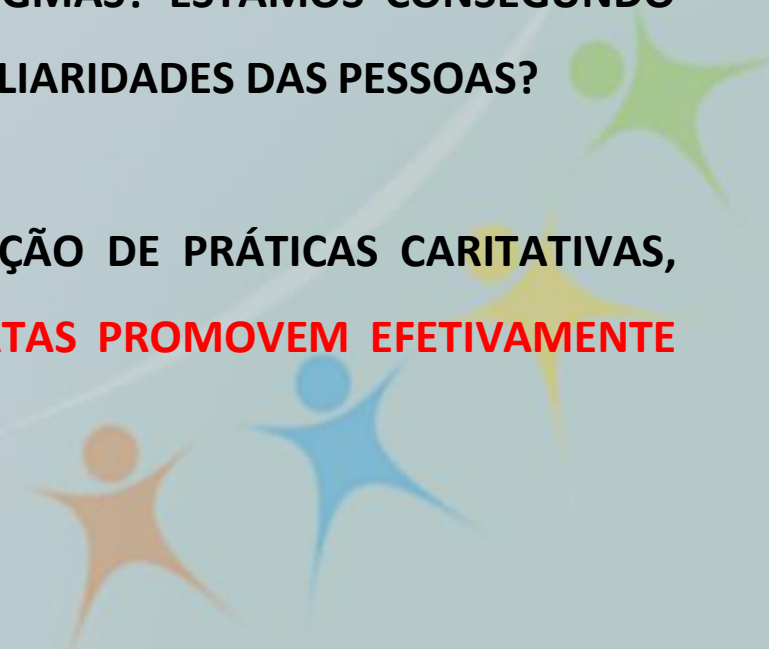
Discussões:

- Diversas formas de garantir moradia: individuais ou coletivas; hotel, república, auxílio aluguel, locação social ou moradia própria;
- Acompanhamento pelas equipes de Saúde e Assistência Social;
- Política de Trabalho para se manter na moradia: suporte do ACESSUAS Trabalho, Progredir, Agricultura Urbana, Economia Solidária;
- Política de Educação/formação e qualificação profissional;
- Acesso aos outros direitos: Cultura, Esporte, Justiça, Lazer...

ASSISTÊNCIA SOCIAL: transferência de renda; benefícios eventuais; auxiliar na seleção das PSR para acessar a moradia, de acordo com a oferta e a demanda; acompanhamento socioassistencial; articulação/encaminhamento do Acolhimento para a Habitação...



QUESTÕES PARA A REDE SOCIOASSISTENCIAL:

1. A REDE COMPREENDE A SITUAÇÃO DE RUA COMO UM FENÔMENO SOCIAL MULTIDIMENSIONAL, PORTANTO NECESSITADA DE ENFRENTAMENTO COLETIVO?
 2. COMO DEVEMOS ATUAR FRENTE A ESSA REALIDADE DA PSR? NOSSA PRÁTICA PROFISSIONAL ESTÁ ULTRAPASSANDO ESSES ESTIGMAS? ESTAMOS CONSEGUINDO GARANTIR CUIDADO E PROTEÇÃO FRENTE ÀS PECULIARIDADES DAS PESSOAS?
 3. A REDE SOCIOASSISTENCIAL SUPEROU A ADOÇÃO DE PRÁTICAS CARITATIVAS, FRAGMENTADAS E TUTELADORAS? **NOSSAS OFERTAS PROMOVEM EFETIVAMENTE PROCESSOS DE AUTONOMIA?**
- 

PROCESSO DE AUTONOMIA NO SUAS

➤ Tem a dimensão da provisão da subsistência: concessão de transferência de renda, como o Bolsa Família, benefícios eventuais (monetários, cesta básica, passagem), Benefício de Prestação Continuada - BPC

➤ Tem a dimensão da emancipação individual e consciência coletiva: condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, cuidado, organização e socialização, com o desenvolvimento de trabalho social para garantir o acesso aos direitos e construção de novas formas de se relacionar, atendendo **desde suas necessidades individuais mais imediatas à reflexão crítica da realidade e organização coletiva enquanto grupo social.**

PROCESSO DE AUTONOMIA NO SUAS

“Para que seja possível desenvolver processos emancipatórios de exercício da cidadania plena, faz-se necessário fomentar as potencialidades do humano enquanto ser capaz de refletir sobre a realidade que o cerca com intuito de transformá-la”

(Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015))

processo dialógico e dialético



PROCESSO DE AUTONOMIA DA PSR NO SUAS

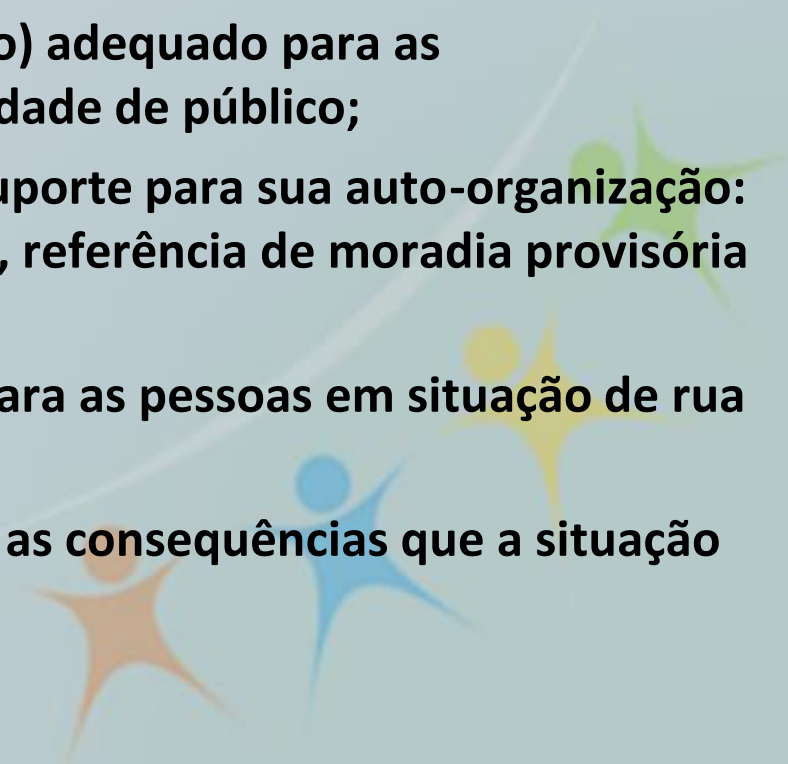
- Construção coletiva;
- Participação do/a usuário/a no planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho social, com protagonismo e corresponsabilidade;
- Supõe poder de escolha e decisão: atividades, alimentação, vestuário, horários, regras de convivência...
- As ofertas têm que atender às suas necessidades;

Muitas vezes a **REDE SOCIOASSISTENCIAL** ainda utiliza regras arbitrárias e fixas que limitam a liberdade, prejudicam a rotina (como estudar e trabalhar fora do horário comercial); limitam acessos; fazem retiradas...

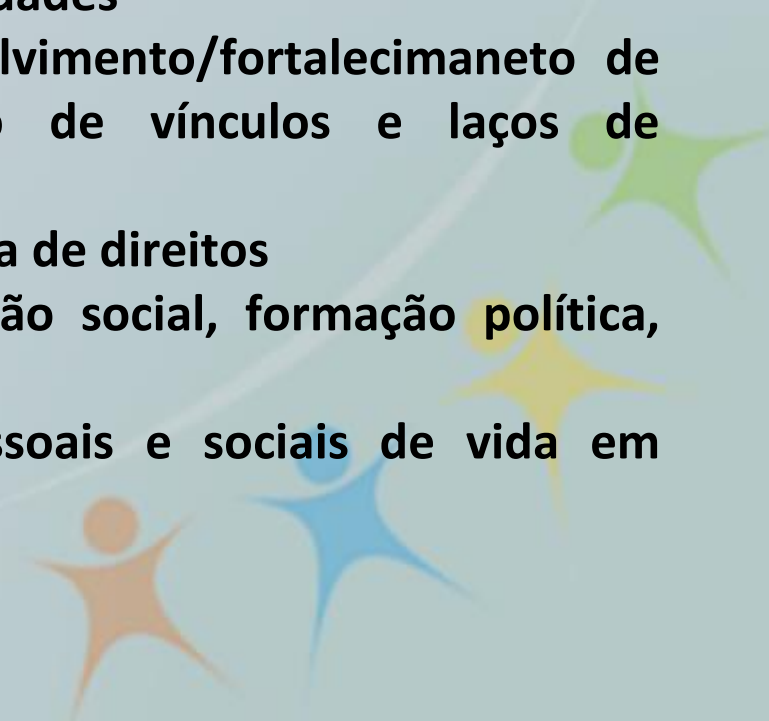
Ainda reproduzimos: “não podem”, “não sabem”, “não seguem regras”, “não conseguem se organizar”, “não conseguem pagar o aluguel”, “não vão conseguir ir direto para a moradia”

O TRABALHO SOCIAL COM A POP RUA:

- **Perspectiva humanizada;**
- **Saber como se aproximar – “bom dia/tarde/noite” de forma horizontal, linguagem acessível, postura, escuta e toque, respeitando o seu espaço, sua liberdade, seu tempo, seus horários;**
- **Para “quebrar o gelo”, diminuir a resistência e conquista da confiança**
- **Então, a construção do vínculo;**
- **Atendimento e Acompanhamento (com Plano) adequado para as especificidades da situação de rua e a diversidade de público;**
- **Promover/mediar acesso aos direitos, com suporte para sua auto-organização: documentação, higiene pessoal, alimentação, referência de moradia provisória (24h), endereço institucional**
- **Se configurar realmente como REFERÊNCIA para as pessoas em situação de rua nos territórios;**
- **Estratégias de REDUÇÃO DE DANOS de todas as consequências que a situação de rua causa/está associada;**



O TRABALHO SOCIAL COM A POP RUA:

- **Ações voltadas para o fortalecimento/desenvolvimento das identidades, autoestima, autocuidado, auto-organização;**
 - **Ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e habilidades;**
 - **Atividades socioeducativas, lúdicas, socioculturais e de convivência, considerando suas características e necessidades**
 - **Espaços de convivência, para o desenvolvimento/fortalecimento de sociabilidades, fortalecimento/construção de vínculos e laços de pertencimento;**
 - **Ações voltadas para a comunicação e defesa de direitos**
 - **Ações voltadas para promover participação social, formação política, organização coletiva;**
 - **Exercício de construção de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.**
- 

O TRABALHO SOCIAL COM A POP RUA:

- Encaminhamentos assertivos, que necessitam de relacionamento em rede de modo produtivo;
- Ações compartilhadas entre várias equipes da Rede Sociassistencial e demais políticas públicas, Sistema de Justiça e Garantia de Direitos, Sociedade Civil e Movimentos Sociais (MNPR - nada para nós sem nós);
- Compartilhamento de cuidados com a Saúde – Saúde Mental, Tuberculose, uso de drogas e outros agravos;
- Muitas experiências exitosas de articulação com a Cultura (projetos de arte, músicas, leitura, fotografia, vídeos/documentários, revista);

INCOMPLETUDE DO SUAS NO PROCESSO DE AUTONOMIA DA PSR

Os melhores desfechos, com resolutividade, estão na ação da REDE INSTITUCIONAL como um todo

A PSR tem que contar com muitos pontos apoio, com reais oportunidades e opções de escolha

PARA O SUAS AVANÇAR EM RELAÇÃO À POP RUA:

- Investimento/financiamento dos três entes federados para a:
 - manutenção das unidades/serviços com qualidade
 - expansão das unidades/serviços

FECHAMENTO DE CENTRO POP:

Censo SUAS 2015 – 235 unidades

Censo SUAS 2018 – 226 unidades

**Pouco investimento em REPÚBLICA
proporciona espaços menores e com mais
individualidade, corresponsabilidade,
autogerida, acompanhamento mais livre.**

**E ABRIGOS PARA FAMÍLIAS
ESTRATÉGIAS PARA AS MULHERES GRÁVIDAS
E SEUS FILHOS**

COM QUALIDADE:

Infraestrutura

Recursos humanos

Recursos materiais

Financiamento

Educação permanente/

Capacitação

PARA O SUAS AVANÇAR EM RELAÇÃO À POP RUA:

- **Instrumentalizar os/as profissionais e gestores/as, em relação aos processo de gestão e trabalho social, com o desenvolvimento de metodologias, considerando a diversidade de públicos e situações, e as dimensões éticas e aportes morais;**
 - **Devido ainda à inabilidade dos profissionais, por desconhecimento, preconceito, falta de capacitação, despreparo, falta de identificação, que acabam não sabendo lidar e algumas vezes cometendo violência institucional;**
 - **Os profissionais precisam ter todo o suporte técnico, condições de saúde física e mental e segurança;**

Importante o compartilhamento de experiências e cooperação entre os governos e sociedade civil

PARA O SUAS AVANÇAR EM RELAÇÃO À POP RUA:

- Repensar as definições e atribuições dos níveis de proteção, principalmente na divisão “público da básica” e “público da especial” – os/as usuários/as são do SUAS!!!
- **Então qual é o papel da Proteção Social Básica frente à situação de rua?**
 - Prevenção da situação de rua
 - Ofertas para a população em situação, como Cadúnico e benefícios eventuais e participação nas ações comunitárias
 - SCFV no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua como público prioritário
 - Programa ACESSUAS TRABALHO
 - Articulação com a PSE para a prevenção de violação de direitos e violência

Demandas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua

No Encontro Nacional sobre os Direitos Socioassistenciais da População em Situação de Rua , julho/2018

- **Necessidade de discussão nos conselhos de assistência social e de pactuações nas CIB'S e na CIT;**
- **Criação de GT composto por governo e sociedade civil para proposição de planejamento e estratégias para a implantação das ofertas voltadas para a pop rua;**
- **Mobilização de grupos contrário à implantação dos serviços (desconstruir estigmas e preconceitos);**
- **Atenção à retirada com ordem judicial dos bebês das mães/famílias;**
- **Necessidade de serviços continuados que considere as especificidades das mulheres em situação de rua**
- **(gestante, lactante, puérpera, entre outras);**
- **Direito à cidade;**
- **Política emergencial para os estados que fazem muito frio;**
- **Combate à violência policial cotidiana;**
- **Inclusão no Censo demográfico do IBGE;**

Carta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua

Nós representantes do Movimento Nacional da População de rua presentes no encontro nacional sobre os direitos socioassistenciais da população em situação de rua viemos sobre uso de nossas atribuições por meio desta manifestar algumas considerações sobre este momento.

Primeiramente agradecemos a iniciativa do MDS Nas Pessoas de Barbara , Raiane e a diretora Mariana Neris que organizou este momento propicio ao debate sobre a urgência de políticas públicas para este seguimento populacional;

Agradecemos também o envolvimento de outros ministérios e órgãos da administração pública e ressaltamos a importância da participação dos diferentes atores e organizações da Sociedade civil presentes neste encontro.

Outras questões importantes para nós seria;

A realização por parte de outros ministérios como o Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura entre outros, realizem momentos como este para discussão sobre inclusão deste seguimento nas respectivas políticas e incentivem a realização de eventos da mesma natureza em nível estadual;

Assegurar que as observações apontadas pelo Movimento Nacional de População de Rua apresentadas neste encontro sejam temas de discussão nos conselhos de assistência social e também instrumento de pactuação nas CIBs e na CIT;

A Criação de um GT Junto Com A Sociedade Civil Para Proposição de planejamento e Estratégias Para Implantação de Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais Voltados Para Este Seguimento;

Reafirmamos aqui as observações apresentadas pelo MNPR

- Mobilização de pessoas e grupos contrário à implantação de equipamentos e serviços de atendimento a população de rua;
- Retiradas com ordem judicial de bebês do convívio familiar sem considerar a família extensa;
- Cadastramento realizado por agentes de segurança pública junto à população de rua;
- Ausência de política emergencial para enfrentamento dos meses de inverno em especial nos estados do sul ocasionando inclusive mortes de pessoas em situação de rua;
- Ausência de serviços continuados que considere as especificidades da mulher em situação de rua (gestante, lactante, puérpera entre outras especificidades);
- Expulsão da cidade;
- Violência policial cotidianamente em todo Território Nacional;
- Ausência de dados sobre a população de rua no Brasil nos censos demográficos do IBGE;

Atenciosamente,

Movimento Nacional da População de Rua.

Brasília, 05 de julho de 2018.

AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pelo CIAMP RUA:

- **Diálogo com o IBGE, por conta da Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela Defensoria Pública da União (DPU) do Rio de Janeiro, no dia 22 de fevereiro de 2018, pedindo a inclusão da população em situação de rua no Censo 2020;**
- **Discussão de várias estratégias para implementação de políticas de moradia para a pop rua como tema prioritário;**
- **Participação na construção do texto do novo Decreto que altera o 7.053/2009 ou substitutivo do PL;**
- **Participação na agenda sobre os 10 anos da Política Nacional para a População em Situação de Rua;**
- **Discussão de articulação dos serviços socioassistenciais com as políticas para garantir emprego e renda para a pop rua, tais como a Economia Solidária, o Programa Progredir, o Programa Acessuas, e a Agricultura urbana.**
- **Discussão da consolidação do CNDDH como política pública, com a finalidade de ser referência na defesa dos direitos humanos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, para centralizar a sistematização de dados nacionais e para a produção de conhecimento e formação sobre o enfrentamento a essas violações.**

AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pela Comissão do CNDH:

- Discussão de estratégias para enfrentar as violações de direitos contra a população, tais como Recomendações do CNDH enviadas aos Ministérios;

Recomendações:

- **Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** - (i) divulgação do direito à denunciar e acesso aos canais nacionais de comunicação de denúncias, assegurando a sua segurança e a dos seus dados; (ii) adaptação do programa de proteção às testemunhas de violência e de proteção aos defensores de direitos humanos, com escuta qualificada dos movimentos sociais representativos dessa população; (iii) realizar campanhas de combate às diversas formas de violência e demais violações de direitos humanos da população, induzindo os estados, o Distrito Federal e os municípios a fazerem o mesmo;
- **Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:** (i) estabelecer a notificação nacional e unificada das situações de violência e demais violações de direitos humanos sofridas pela população, inclusive a violência institucional, desde o Boletim de Ocorrência, como forma de qualificar os dados oficiais em todo o território brasileiro, combatendo a subnotificação e permitindo o efetivo monitoramento da averiguação dessas situações; (ii) garantir a segurança da população vítima e/ou testemunha de violência e demais violações de direitos que faz a denúncia nos canais de comunicação de denúncias; (iii) incluir a complexidade da situação de rua nas ações governamentais de enfrentamento às situações de violência urbana e violência letal;
- **Ao Ministério do Desenvolvimento Regional:** (i) desenvolver em âmbito federal programas de habitação voltados para a população em situação de rua inspirados nos princípios do “Moradia Primeiro” (Housing First), induzindo os estados, o Distrito Federal e os municípios a fazerem o mesmo com seus programas locais.

AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Participação de eventos estaduais/distrital para dar orientações técnicas sobre o atendimento adequado da PSR;**
- **Participação nas OFICINAS DOS ENCONTROS REGIONAIS E NACIONAL DO CONGEMAS para discutir com gestores e técnicos toda a problemática em envolve a situação de rua;**
- **Realização de agenda intersetorial com o Ministério do Desenvolvimento Regional para o projeto de Moradia Social;**
- **Realização de agenda intersetorial com o Ministério da Saúde sobre a proteção social de pessoas com Tuberculose;**
- **Discussão de estratégias de sensibilização dos gestores para o não fechamento dos CENTRO POP;**
- **Discussão da viabilidade de criação do GT e em que instância;**
- **Discussão sobre políticas preventivas para o enfrentamento do frio;**
- **Discussão com a SENAPRED sobre o trabalho com os usuários de drogas (relação com as Comunidades Terapêuticas, Internação Involuntária);**
- **Previsão de Câmara Técnica na CIT sobre o Serviço Acolhimento para 2020 – discussão de garantir que as mães fiquem com seus filhos;**



OBRIGADA!!!

**Ministério da Cidadania
Secretaria Especial de Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Assistência Social**

www.mds.gov.br

